



Estado de Santa Catarina

Nº 001400

**Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul**

**Lei N.º 1.551/2002**

**Autoriza a Concessão de transferência de recursos Financeiros as Associações de Pais e Professores abaixo relacionadas, e contém outras providências.**

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina,

Torno Público a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e EU sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, autorizado a transferir recursos financeiros a:

- Associação de Pais e Professores da Escola Municipal São Jorge** de linha Caravágio a importância de R\$ 1.765,00(hum mil setecentos e sessenta e cinco reais);
- **Associação de Pais e Professores da Escola Básica Municipalizada “São Francisco”** de linha Baixo Araras a importância de R\$ 6.565,00 (scis mil quinhentos e sessenta e cinco reais);
- **Associação de Pais e Professores da Escola Municipal “Santa Joana D’Arc”** da comunidade de Linha Maidana a importância de 3.365,00 ( três mil trezentos e sessenta e cinco reais);
- **Associação de Pais e Professores da Escola Isolada Municipal Nossa Senhora Aparecida** a importância de 1.765,00(um mil setecentos e sessenta e cinco reais), destinados a cobrir despesas de manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades previstas em Estatuto próprio.

**Art. 2º.** Os recursos serão repassados em 10(dez) parcelas mensais e de igual valor. É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Entidade bancária Oficial, movimentado por Cheques nominais e individuais por credor.

**Art. 3º.** A entidade terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento dos recursos, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação dos mesmos, junto a Contadoria Geral do município.

**Art. 4º.** A não obediência das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei acarretará no bloqueio da parcela seguinte e na devolução integral dos valores atualizados monetariamente em favor do Erário Público Municipal.

**Art. 5º.** As despesas impugnadas pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente serão recolhidas e atualizadas monetariamente em última instância, a favor dos cofres da municipalidade.

**Art. 6º.** Os saldos não aplicados nos prazos previstos na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do Erário Público Municipal.

**Art. 7º.** São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário (Presidente) e o Ordenador Secundário (Tesoureiro).



Estado de Santa Catarina

Nº 001401

**Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul**

**Lei N.º 1.551/2002**

**Art. 8º.** A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e nos prazos previstos nesta Lei, instruídas com os seguintes documentos:

- a) ofício de encaminhamento a prestação de contas;
- b) balanço Modelo conforme padrão;
- c) extrato bancário de conta especial e conciliação do saldo se for o caso;
- d) fotocópia dos documentos suportes de despesas bem legíveis e sem rasuras e/ou entrelinhas;
- e,
- c) declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita Orçamentária da Entidade.

**Parágrafo Único** – A prestação de contas e demais documentos que comprovarem a boa e regular aplicação dos recursos deverão obrigatoriamente ser assinados pelos Ordenadores Primário e Secundário.

**Art. 9º.** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando a averiguação do emprego do dinheiro público.

**Art. 10º.** As despesas a serem realizadas a conta dos recursos ora autorizados, quando cabível ao caso, obedecerão aos princípios regimentais do processo licitatório, em consonância com a legislação pertinente ao assunto.

**Art. 11.** As despesas decorrentes com a presente Lei, correrão por conta dos itens cabíveis na dotação orçamentária do Orçamento Municipal.

**Art. 12.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 13.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em  
14 de março de 2002 - 50º ano da Fundação e 40º ano da Instalação.**

NARCISO VILSO ZAFFONATO  
Prefeito Municipal

- Certifico que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

ASTOR JOSE WARKEN  
Secretário da Administração e Fazenda